

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



P

G

A

2015/2016

DEFENSORA PÚBLICA-GERAL

Christiane Neves Procópio Malard

SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL

Wagner Geraldo Ramalho Lima

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO:

PRESIDENTE:

Hellen Caires Teixeira Brandão

Defensora Pública – Coordenadora de Projetos e Convênios
e Assessora de Planejamento e Infraestrutura da Defensoria Pública Geral

RELATORES:

Alexandre Tavares Costa

Defensor Público – Coordenador Cível da Capital

Ana Cláudia Almeida Costa Leroy

Defensora Pública Titular da 13ª Def. de Família - Curadorias

Dheborá Maria Conde Ubaldó

Defensora Pública Titular da 16ª Def. Cível da Capital

Fernando Luis Camargos Araújo

Defensor Público – Coordenador Criminal da Capital

Raquel Gomes de Souza da Costa Silva

Defensora Pública Coordenadora das Famílias e Sucessões da Capital

Roberta de Mesquita Ribeiro

Defensora Pública - Assessora de Planejamento da Defensoria Pública Geral

Tífanie Avellar Carvalho

Defensora Pública Titular da Def. de Execuções Penais da Comarca de Governador Valadares

Vânia Maria Souza Melo Pinto da Cunha

Superintendente de Planejamento Gestão e Finanças

Carla Aparecida de Souza Carvalho

Diretora de Recursos Humanos

Emerson Varela Delgado

Diretor de Recursos Logísticos e Tecnológicos

Kelisson Rodrigo Parreiras Murta

Superintendente de Gestão da Informação

SUMÁRIO

1.	PGA 2014-2015 – No caminho do planejamento	05
1.1	O que é PGA?	06
1.2	Os primeiros passos do monitoramento	06
2.	METODOLOGIA	06
3	OBJETIVOS, INDICADORES E METAS	07
3.1	ÁREA TEMÁTICA: Institucional	07
3.1.1	Defensoria Pública Geral/DPG	07
3.1.2	Coordenadoria de Capacitação / CCap	12
3.1.3	Superintendência de Planej. Gestão e Finanças/SPGF	15
3.1.3.1	Diretoria de Recursos Humanos/DRH	16
3.1.3.2	Diretoria de Recursos Logísticos e Tecnológicos/ DRLT	17
3.1.4	Superintendência de Gestão da Informação/SGL	18
3.1.4.1	Diretoria de Informação, Diretoria de Suporte Técnico e Administração de Rede e Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas	18
3.2	ÁREA TEMÁTICA: Atendimento Jurídico	21
3.2.1	ÁREA TEMÁTICA: Educação em Direitos e Atuação Extrajudicial	21
3.2.2	ÁREA TEMÁTICA: Atendimento inicial	22
3.2.3	ÁREA TEMÁTICA: Cível	23
3.2.4	ÁREA TEMÁTICA: Família e Sucessões	24
3.2.5	ÁREA TEMÁTICA: Criminal	25
3.2.6	ÁREA TEMÁTICA: Especializadas	27
3.2.6.1	Def. Especializ. em Direitos Humanos, Coletivos. e Socioambientais/DPDH	27

3.2.6.2	Defensoria Especializada da Saúde	29
3.2.6.3	Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência	31
3.2.6.4	Defensoria Especializada da Infância e juventude	32
3.2.6.5	Defensoria Especializada do Idoso e Deficiente	33
3.2.6.6	Defensoria Especializada do Consumidor	35
3.2.6.7	Defensoria Especializada Tribunais e Superiores	35
4	CONCLUSÃO	37

1. PGA 2015-2016

Completando-se um quinquênio de elaboração do Plano Geral de Atuação, no formato que se apresenta, permanece o desafio de se criar uma cultura institucional de planejamento que mobilize todas as unidades administrativas da Defensoria Pública. Em todas as áreas da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, melhores resultados são apresentados quando se têm noção exata dos resultados que se quer alcançar, do caminho que se pretende perseguir, e das dificuldades a serem ultrapassadas, incluindo o tempo e os recursos a serem despendidos.

Ademais, é sabido que planejar não é apenas um instrumento para se buscar resultados favoráveis, mas também importante ferramenta de transparência, controle e organização da instituição. Logo, o planejamento é pilar de dois importantes princípios que norteiam a Administração Pública: eficiência e transparência.

É cediço que a criação de um plano não é uma tarefa simples e exige um verdadeiro sacerdócio, pois as múltiplas demandas sempre estão a pressionar para vários direcionamentos. No entanto, não se deve iludir, pois “quando tudo é prioridade nada é prioridade”.

Portanto, a primeira dificuldade de se planejar é eleger as prioridades, ou seja, quais os resultados que se pretende obter. Quando desta escolha deve ser observado: necessidade e possibilidade de execução. Para esta última, tem-se como implícito a eficiência e eficácia que se deseja da Administração Pública. Logo, espera-se do agente público sabedoria e dedicação.

Deseja-se, assim, que o plano que se apresenta possa nortear os passos dos gestores, os quais, em que pesem as limitações de toda ordem, se utilizarão dos melhores instrumentos à disposição para atingir seus objetivos.

A Comissão de Elaboração do PGA 2015/2016 ciente das dificuldades de estruturação da Defensoria Pública, seja por carência de pessoal, seja por recursos orçamentários insuficientes, manteve a mesma metodologia da edição anterior, por meio de contato pessoal com os coordenadores da capital e regionais, bem como com os superintendentes e diretores das áreas administrativas, solicitando sugestões a serem incluídas no presente Plano Geral de Atuação, haja vista a impossibilidade de serem realizadas audiências públicas com convocações de todos os envolvidos. Frise-se que a fim de ampliar o debate, foi aberto prazo para todos os interessados apresentarem suas sugestões.

Em que pesem as dificuldades de se buscar um plano que envolvesse todos os atores internos, observou-se uma tímida, mas válida, melhoria na participação.

Portanto, o desafio para tornar o planejamento uma rotina em todos os setores da instituição exigirá um trabalho de capacitação e conscientização da sua importância para a melhoria dos serviços prestados.

Com enfoque na melhoria desejada, foi criada, em 2014, uma coordenadoria específica que pudesse, não apenas concentrar as necessidades internas, mas cuidar da execução de cursos, seminários e eventos externos para capacitar defensores e servidores.

Observa-se que após a criação da Coordenadoria de Capacitação, já avançamos na divulgação e promoção de eventos internos, e para o próximo ano há previsão de cursos na área de gestão pública e de atualização em áreas jurídicas para aprimoramento dos serviços prestados.

1.1. O que é o PGA?

O PGA tem previsão legal no art.10 da Lei Complementar Estadual 65/2003, tratando-se de um dever imposto ao Defensor Público Geral, que deverá apresentá-lo para referendo do Conselho Superior.

É, assim, um plano anual, portanto, planejamento de curto prazo. O desejado planejamento estratégico, objetivo específico nº 01 dos planos gerais desde 2012, aguarda recursos a serem disponibilizados nos próximos meses pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES, que disponibilizou linha de crédito para a modernização da gestão da Defensoria Pública (programa PMAE -Defensorias). Assim, será possível ter um planejamento de longo prazo a complementar o planejamento anual que ora se concebe.

Como na versão anterior o presente planejamento pretende fomentar a importância do monitoramento de metas, de forma a medir sua eficácia gradativamente.

1.2. Metodologia

A metodologia aplicada também não se afastou das realizadas nos PGAs anteriores. As tarefas foram divididas entre os integrantes da comissão, conforme ressaltado, atribuindo-lhes a missão de conversar pessoalmente com cada coordenador regional.

Mais uma vez, buscou-se criar um planejamento que pudesse ser executado dentro de 01 (um) ano, embora sem perder a oportunidade de materializar um instrumento que norteasse ações de longo prazo.

Reiterou-se, ademais, o consenso de que o documento necessitava ser claro e conciso, buscando-se a devida divulgação.

Dentro da metodologia adotada, a mensuração das metas foi mantida, de modo a permitir a atuação corretiva e a indicar o grau de cumprimento do objetivo proposto.

O índice de referência, por sua vez, ilustra a situação atual do objetivo específico a ser cumprido.

O indicador representa o que se deseja que seja efetivamente cumprido no plano concreto, seguindo-se da quantificação da meta, expressa conforme a unidade de medida relacionada.

Ressalte-se que a manutenção dos campos integrantes dos documentos anteriores (objetivos, índice de referência, indicador e unidade de medida) facilitou a elaboração de sugestões pelos interessados, já familiarizados com o modelo, além de permitir o monitoramento concreto das ações.

3. OBJETIVOS, ÍNDICE DE REFERÊNCIA INDICADORES E METAS

3.1 ÁREA TEMÁTICA: Institucional

Objetivo Geral: Promover a expansão e modernização da estrutura institucional, incluindo a valorização de defensores e servidores

3.1.1 Defensoria Pública Geral / DPG

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
01	Elaborar o planejamento estratégico da instituição	Realizadas reuniões com empresas de consultoria, bem como apresentados orçamentos. Inserida a ação de contratação de empresa de consultoria para elaboração do Planejamento Estratégico na carta-consulta apresentada ao BNDES (Programa PMAE-Defensorias). Aguarda aprovação do BNDES.	Planejamento elaborado	Número absoluto	1
02	Encaminhar ao Poder Legislativo Projeto de Lei de adequação da Lei Complementar Estadual nº 65/03 às mudanças legislativas recentes e à autonomia da DPMG	Projeto em análise final	Projeto de Lei encaminhado	Número absoluto	1
03	Encaminhar ao Poder Legislativo Projeto de Lei de criação do plano de carreira de servidores administrativos e de apoio técnico-jurídico.	Projeto sendo analisado pelo Executivo quanto ao impacto orçamentário	Projeto de Lei encaminhado	Número absoluto	1
04	Realizar o I Concurso para provimento de cargos de servidores administrativos e de apoio técnico-jurídico da DPMG	Projeto sendo analisado pelo Executivo quanto ao impacto orçamentário	Concurso realizado	Número absoluto	1

05	Aumentar gradativamente o quadro de pessoal contratado/recrutamento amplo	Estudos em andamento. Condicionado à disponibilização de dotação orçamentária. Aguardando encaminhamento e aprovação da Lei da Área-Meio para aumento de cargos de recrutamento amplo.	Funcionários / servidores contratados	Número absoluto	50
06	Aumentar o número de vagas de estágio remuneradas e o valor da bolsa e do auxílio-transporte	180 vagas existentes	Número total de vagas de estágio remuneradas	Número absoluto	600
		Em janeiro/14, o valor da bolsa auxílio passou a ser de R\$ 475,00, e o auxílio transporte se manteve em R\$ 60,00, gerando um total de R\$ 535,00 para cada estagiário.	Valor da bolsa e auxílio-transporte	Número absoluto	R\$ 750,00
07	Ampliar o Programa de Estágio Obrigatório da DPMG, para ingresso de novos estagiários, com a execução do Termo de Cooperação Técnico firmado com o Centro Universitário Newton Paiva	Termo de Cooperação Técnica firmado	Estágios concedidos	Número absoluto	150
08	Elaborar projeto piloto de Estagiário de Pós-Graduação.	Estudos de viabilidade iniciados	Projeto elaborado	Número absoluto	1
09	Apresentar anteprojeto de lei para a criação do Fundo para arrecadação de recursos de custeio e investimento da Defensoria Pública para aprovação do Poder Executivo	Anteprojeto de lei reencaminhado ao Executivo	Anteprojeto aprovado	Número absoluto	1

10	Captar recursos junto a outros entes federados e instituições de fomento para a execução de novos projetos	Governo Federal: 2 convênios vigentes em abril/2015: Além da Culpa e Atendimento a Pessoa em Situação de Rua. Emendas parlamentares: R\$500.000,00 para treinamento; Educação em Direitos: R\$50.000,00; Construção da sede da Defensoria de Uberlândia: R\$501.000,00.	Novos projetos financiados	Número absoluto	2
11	Executar os procedimentos previstos para a criação de novas unidades da DPMG no Estado e reestruturação de unidades existentes (expansão da DPMG - EC 80/2014)	Planejamento já elaborado	Unidades criadas e reestruturadas	Número Absoluto	20
12	Atuar junto ao Poder Executivo e Legislativo para aumento do subsídio do Defensor Público e diminuição do interstício entre classes	Estudos em andamento	Publicação da lei	Número absoluto	1
13	Promover promoções nas classes de Defensor Público	Estudos já em andamento	Promoções realizadas	Número absoluto	150
14	Publicizar semestralmente o resultado do monitoramento do PGA	Rotina de monitoramento das metas já implantada para o PGA 2013/2014	Monitoramento publicizado	Número absoluto	1
15	Elaborar regulamento interno da DPMG	Aguarda aprovação da reforma da Lei 65/2003	Regulamento interno apresentado ao Conselho Superior	Número absoluto	1
16	Implantar a Ouvidoria da DPMG	Aguarda aprovação da reforma da Lei 65/2003	Ouvidoria implantada	Número absoluto	1

17	Ampliar suporte de assistência psicossocial para a DPMG por meio de parcerias com faculdades e instituições	Implantado na DPMG de Belo Horizonte e expandido para a Defensoria Pública de Teófilo Otoni	Novas unidades da DPMG no interior com suporte de assistência psicossocial	Número absoluto	5
18	Promover a VI Semana da Defensoria Pública	Rotina anual	Comemoração realizada	Número absoluto	1
19	Realizar concurso de “Boas Práticas Administrativas”, com premiação na Semana do Servidor	Inexistente	Concurso Realizado	Número absoluto	1
20	Elaborar vídeos divulgando as atribuições e o trabalho institucional, bem como matérias técnicas específicas	Vídeos institucionais já produzidos: atribuições gerais (versão I) e promocional do mutirão “Direito a Ter Pai”.	Vídeos elaborados	Número absoluto	7
21	Promover IV Concurso de Práticas Exitosas entre os Defensores Públicos, com divulgação das práticas anteriores no sítio institucional	Em andamento	IV Concurso concluído	Número absoluto	1
22	Criar o memorial da DPMG	Comissão publicada	Memorial criado	Número absoluto	1
23	Buscar recursos para construção das sedes da Defensoria Pública, onde já há terreno.	Tratativas junto a Deputados iniciada	Sedes com provisão de recursos	Número absoluto	2
24	Realizar concurso para elaboração de projeto padrão de arquitetura das unidades da Defensoria Pública	Contatos já iniciados com o CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo)	Concurso realizado	Número absoluto	1

25	Reformar a unidade da Defensoria Pública de Uberlândia	Convênio firmado com o Município de Uberlândia para execução	Unidade reformada	Número absoluto	1
26	Criar a Escola Superior da Defensoria	Já existente a Coordenadoria de Capacitação como embrião da Escola Superior. Equipamentos para estruturação da Escola foram incluídos na carta- consulta do BNDES. A criação da Escola Superior depende da aprovação e promulgação de Lei de Reforma da LC 65/2003	Escola Superior criada	Número absoluto	1
27	Criar Centro de Desenvolvimento Institucional (CDI)	Estudos em andamento	Centro de Desenvolvimento Institucional criado	Número absoluto	1
28	Atuar junto ao Poder Judiciário para a melhor adequação dos espaços destinados à DPMG nos fóruns da capital e interior	Tratativas com Judiciário iniciadas	Espaços adequados	Número absoluto	capital - 1 / interior - 5
29	Elaborar projeto piloto de Estagiário de Pós-Graduação.	Estudos de viabilidade iniciados	Projeto elaborado	Número absoluto	1
30	Adaptar imóveis da instituição às normas de acessibilidade	Estudos em andamento	Imóveis adaptados	Número absoluto	15

31	Elaborar e implementar projeto de segurança patrimonial e pessoal da DPMG	Projeto já existente para a capital, estando sendo implantado progressivamente. Algumas unidades do interior já contam com alarme e cerca elétrica.	Unidades com projeto de segurança parcialmente ou totalmente implementado	Número absoluto	5
3.1.2 Área Coordenadoria de Capacitação					
Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
01	Promover encontros entre defensores e servidores, com vistas à capacitação da equipe de atendimento	Iniciado	Encontros realizados	Número absoluto	15
02	Realizar curso sobre Primeiros Socorros a ser ministrado pelo Corpo de Bombeiros e Cruz Vermelha	Solicitação já enviada ao Corpo de Bombeiros	Curso realizado	Número absoluto	1
03	Realizar capacitação de Defensores Públicos em inovações no Processo Civil	Inexistente	Defensores Capacitados	Número absoluto	600
04	Realizar curso de capacitação para Defensores e servidores em mediação e conciliação escolar e familiar	Inexistente	Defensores Capacitados	Número absoluto	200
05	Criar biblioteca com livros jurídicos e multidisciplinares	Aguarda liberação de recursos pelo BNDES	Livros adquiridos.	Número absoluto	150
06	Realizar palestras sobre a DPMG e sobre o Núcleo Psicossocial em instituições públicas e privadas.	Palestras sendo continuamente realizadas.	Palestras realizadas.	Número absoluto	4

07	Elaboração e implementação de Treinamento Introdutório para o ingresso de servidores/terceirizados na DPMG, para propiciar conhecimento da missão, objetivo, valores e estrutura organizacional	Primeiro capacitação realizada em 2014	Palestras realizadas	Número Absoluto	2
08	Elaboração de um curso de capacitação de Orçamento Público básico aplicado à Defensoria Pública	Inexistente	Nº de servidores e Defensores Capacitados	Número Absoluto	80
09	Capacitar os Defensores Públicos da área criminal para atuarem no Processo Judicial Eletrônico.	Inexistente	Defensores Capacitados	Número Absoluto	100
10	Realizar o II Seminário Criminal	Inexistente	Seminário realizado	Número Absoluto	1
11	Realizar o I Seminário de Direito de Família	Inexistente	Seminário realizado	Número Absoluto	1
12	Promover Curso de Formação de Defensores Públicos do VII Concurso	Inexistente	Curso realizado	Número Absoluto	1
13	Formatar, Fomentar e Acompanhar a pós graduação a ser realizada junto ao Instituto de Desenvolvimento Democrático	Abertas inscrições com condições diferenciadas	Pós realizada	Número Absoluto	1
14	Subsidiar participação de Defensores e Servidores em seminários e eventos acadêmicos externos	Cronograma de bolsas em elaboração	Bolsas concedidas por cada área (administrativa, civil, processo civil, penal, processo penal e especializadas)	Número Absoluto	30

15	Participar e promover curso de capacitação em direitos da mulher em situação de violência.	Participação nos cursos realizados em Lagoa Santa e Guanhães e promoção de capacitação de multiplicadoras no Alto Vera Cruz/BH	Número de capacitações e cursos por ano.	Número absoluto	12
16	Promover curso de capacitação de servidores e Defensores quanto ao atendimento ao idoso e portadores de deficiência	Já realizado I Curso em maio de 2014	Curso realizado	Número absoluto	1
17	Treinar alguns servidores da Defensoria Pública (atendimento) em LIBRAS (língua de sinais), para o atendimento adequado das pessoas com deficiência auditiva.	Indefinido	Treinamento realizado	Número absoluto	5
18	Realizar curso sobre interdição e suas consequências	Indefinido	Curso realizado	Número absoluto	5
19	Criar banco de teses e jurisprudência	Inexistente	Banco Criado	Número absoluto	1
20	Fomentar a inclusão de noções sobre Defensoria Pública, bem como direitos e garantia fundamentais nos cursos de formação de policiais, bombeiros e agentes penitenciários.	Inexistente	Palestras ministradas	Número Absoluto	3
21	Realizar cursos na área de Gestão para capacitação de servidores e Defensores Públicos	Processos licitatórios em andamentos	Defensores Públicos e servidores capacitados	Número Absoluto	21 cursos
					150 pessoas capacitadas

3.1.3 Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças / SPGF

Nº	Objetivos Específicos	Índice de referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
01	Elaborar, em conjunto com a SGI, projeto de módulo no SIGED para planejamento e controle orçamentário/financeiro.	Inexistente	Projeto elaborado	Número absoluto	1
02	Executar o projeto "SPGF itinerante", no qual uma equipe formada pelas diretorias que compõem a SPGF vai a cada uma das unidades da Defensoria para esclarecer dúvidas, treinar os procedimentos e coletar os dados mais relevantes de cada unidade.	Inexistente.	Visitas realizadas.	Número absoluto	12
03	Rever os fluxos e processos internos para aquisição de produtos e serviços	Iniciado: Resolução 020/2015.	Revisão concluída.	Número absoluto	1
04	Planejar e executar os procedimentos de aquisições e serviços previstos no BNDES.	Aguarda aprovação final da operação de crédito e assinatura do contrato pelo Poder Executivo e BNDES	Conclusão dos processos previstos, conforme cronograma.	Porcentagem	100%
05	Avaliar bimestralmente o cumprimento das metas propostas no PGA, no âmbito da SPGF.	Procedimento de avaliação incipiente	Relatórios bimestrais de acompanhamento interno do PGA.	Número Absoluto	6

3.1.3.1 Diretoria de Recursos Humanos / DRH

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
01	Realizar encontros periódicos com os Gestores da Área Meio: Superintendentes, Diretores, Coordenadores e Assessores Técnicos, para desenvolvimento das habilidades de liderança e execução da gestão de pessoas como atividade de "linha", com foco na abordagem sistêmica.	Inexistente	Encontros realizados	Número Absoluto	2
02	Executar a interiorização dos Projetos "Conversando sobre Pessoas" e "Café com RH" nas Regionais, com a deslocamento da DRH até cada uma delas, para multiplicação do projeto. Cada Regional ficará responsável pela execução do Projeto nas Comarcas que a compõe, em parceria com o SPGF Itinerante.	Inexistente	Sedes das Regionais com os projetos executados	Número Absoluto	8 Regionais
03	Elaborar Manual de Procedimentos da Diretoria de Recursos Humanos, com divulgação na intranet para consulta, onde constarão informações sobre direitos e vantagens de Membros e Servidores, com definição dos requisitos e procedimentos necessários.	Inexistente	Manual	Número Absoluto	1
04	Criar grupo de estudo para avaliar as necessidades de regulamentação de normas de pessoal, considerando a autonomia da Defensoria Pública.	Inexistente	Grupo criado	Número Absoluto	1

05	Elaborar o projeto de Digitalização das pastas funcionais de defensores e servidores.	Inexistente	Projeto elaborado.	Número Absoluto	1
3.1.3.2 Diretoria de Recursos Logísticos e Tecnológicos / DRLT					
Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
01	Aprimorar o fluxo de atendimento de demandas no Setor de Manutenção / Transportes	Requisição por e-mail, telefone ou formulário	Fluxo aprimorado	Número Absoluto	1
02	Divulgar o cronograma anual de visitas às unidades do interior	Inexistente	Cronograma divulgado	Número Absoluto	1
03	Implantar novo sistema de aquisição de combustível para os veículos oficiais das unidades do interior	Inexistente para o interior. Já implantado na capital	Sistema implantado	Número absoluto	1
04	Proceder ao levantamento patrimonial presencial, pela DRLT, das pequenas unidades do interior (acervo patrimonial inferior a 80 unidades registradas) e das unidades em que há inconsistências entre o levantamento físico e contábil	Levantamento patrimonial presencial de médias e grandes comarcas já são realizados; nas pequenas comarcas, os coordenadores locais e servidores efetuaM o levantamento	levantamento patrimonial presencial realizado com acerto das inconsistências	Porcentagem	100%
05	Otimizar o controle da utilização do serviço de Correios, observando os critérios da Resolução 048/2013	Algumas unidades da DPMG ainda não remetem o relatório mensal	Controle otimizado	Número Absoluto	1

06	Elaborar projeto de redução de consumo de energia elétrica, água e papel nas unidades I e II da DPMG.	Inexistente	Projeto elaborado.	Número Absoluto	1
----	---	-------------	--------------------	-----------------	---

3.1.4 Superintendência de Gestão da Informação / SGI

3.1.4.1 Diretoria de Informação, Diretoria de Suporte Técnico e Administração de Rede e Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
01	Criar ambiente virtual para acompanhamento de demandas formuladas ao Gabinete e administrativo em geral. (PDFluxos)	Inexistente	Ambiente virtual criado	Número absoluto	1
02	Criar sistema informatizado para o Conselho Superior para divulgação do andamento dos procedimentos.	Inexistente	Sistema criado	Número absoluto	1
03	Aprimorar o relatório on-line da Corregedoria e sistema de controle de procedimentos administrativos.	Sistema existente	Aprimoramento realizado	Número absoluto	1
04	Aprimorar a comunicação de dados das unidades da Defensoria.	Executado acima de 85%	Aprimoramento concluído	Número absoluto	1
05	Implantar ambiente virtual de aprendizagem	Inexistente	Ambiente implantado	Número absoluto	1
06	Sanear e organizar as informações existentes no Sistema de Gestão da Defensoria (SIGED)	Executado acima de 85%	Informações SIGED saneadas e organizadas	Número absoluto	1

07	Informatizar o fluxo de troca de documentos internos da DPMG	Inexistente	Fluxo informatizado	Número absoluto	1
08	Aprimorar o sistema de atendimento da sede da DPMG	Sistema de atendimento já operante; início das ações de aprimoramento já iniciadas	Sistema aprimorado	Número absoluto	1
09	Otimizar o processo de cadastramento das petições iniciais no SIGED	Inexistente	Cadastramento petições no SIGED otimizadas	Número absoluto	1
10	Implementar projeto para substituição/adequação do novo sistema de informação e gestão da DPMG, com a especificação funcional dos módulos vinculados às áreas meio e finalística, bem como da infraestrutura de hardware, software básico e comunicação	Carta-consulta já enviada ao BNDES, aguardando aprovação para licitação/contratação de empresa especializada para efetuar otimização de fluxos e processos, bem como para desenvolvimento/adequação do novo sistema e aquisição de equipamentos de infraestrutura	Projeto implementado	Número absoluto	1
11	Desenvolver e Implantar módulo completo no SIGED para o atendimento - central de relacionamento com o cidadão (CRC)	Existência de módulo básico em fase de homologação	Sistema CRC (Central de Relacionamento com o cidadão) desenvolvido e implantado	Número absoluto	1
12	Desenvolver módulo para sistema eleitoral da DPMG	Inexistente	Módulo sistema eleitoral da DPMG implantado	Número absoluto	1

13	Desenvolver módulo para distribuição automática de processos relativos a segunda instância criminal, integrado ao sistema JPE-THEMIS (TJMG)	Inexistente	Módulo de distribuição automática de processos de 2ª Instância Criminal implantado	Número absoluto	1
14	Criar aplicativo que possibilite o acesso via aparelho de telefonia celular aos ambientes virtuais da DPMG	Inexistente	Aplicativo criado	Número absoluto	1
15	Estruturar as defensorias que passarão a atuar com o processo eletrônico	BH iniciado, inclusive com parceria com o TJMG. Comissão interna criada para acompanhamento dos trabalhos	Estruturação concluída	Porcentagem em	100%
16	Contratar empresa para disponibilização de mão de obra para as atividades de TI, regionalizando os serviços.	Termo de Referência em Elaboração	Contratação concluída	Número absoluto	1
17	Desenvolvimento de um sistema de videoconferências nas sedes do interior, para facilitar a participação em reuniões etc	Aguarda recursos BNDES	Sistema implantado	Número absoluto	1
18	Avaliar bimestralmente o cumprimento das metas propostas no PGA, no âmbito da SGI.	Procedimento de avaliação incipiente	Relatórios bimestrais de acompanhamento interno do PGA.	Número Absoluto	6

3.2 ÁREA TEMÁTICA: Atendimento Jurídico

Objetivo Geral: Incrementar os serviços prestados pela Defensoria em todas as suas áreas de atuação, dando maior qualidade e efetividade na prestação dos serviços

3.2.1 Educação em Direitos e Atuação Extrajudicial

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
01	Dar seguimento às visitas da Defensoria Pública Itinerante nas cinco macrorregiões do Estado	2 regiões já visitadas	Comarcas atendidas	Número absoluto	30
02	Produzir as cartilhas com temas de relevante interesse institucional	Inexistente; a DPMG possui recursos provenientes de emenda parlamentar - R\$ 50.000,00 para impressão	Cartilhas por área produzidas	Número absoluto	7
03	Expandir o projeto MESC para Defensorias do interior	Tratativas iniciadas para treinamento pelo MESC	Defensorias com o projeto MESC implementado	Número absoluto	5
04	Executar o Projeto firmado com a Secretaria de Reforma do Judiciário junto a População em Situação de Rua.	Convênio firmado	Projeto executado	Número absoluto	1

3.2.2 Área Atendimento inicial

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
01	Efetivar atendimento agendado de assistidos da Capital e duas comarcas do interior, através do CRC.	Sistema de informática em desenvolvimento. Linhas ativadas. Sala estruturada. Aguarda liberação de verba e contratação de funcionários e estagiários.	Atendimento via CRC realizado	Número Absoluto	1
02	Reestruturar programa de atendimento humanizado aos assistidos da DPMG	Implementado. Em fase de discussão sobre formas de melhoria do atendimento.	Programa reestruturado. Implementação do atendimento.	Número Absoluto	1
03	Revisar e divulgar o manual de práticas do Setor de Atendimento	Iniciados estudos	Revisão realizada. Normas divulgadas e implementadas	Número Absoluto	1
04	Celebrar Termos de Cooperação Técnica (TCT) e aditivos com Instituições de Ensino Superior para o encaminhamento dos assistidos que apresentam demandas psicológicas	Reuniões realizadas. Termos ainda não concluídos.	Termos e aditivos celebrados.	Número Absoluto	2
05	Reestruturar o Setor de Atendimento do prédio II	Estudos iniciados. Projeto arquitetônico em desenvolvimento. Dependente de verba para realização das obras necessárias.	Setor de Atendimento estruturado	Número Absoluto	1

06	Implantar sistema de senhas em defensorias do interior	Dependente de verba para realização das obras necessárias.	Sedes com sistema de senhas implantado	Número Absoluto	3
07	Criar programa de produtividade, qualidade de vida e integração dos servidores e funcionários do Setor de Atendimento da Capital	Projeto de produtividade e melhoria da qualidade de vida em fase de estudos.	Programa criado.	Número Absoluto	1
08	Concluir Programa de Segurança Patrimonial da Capital e planejamento para o interior	Estudos iniciados. Normatizações sendo realizadas e revisadas.	Programa da capital concluído e planejamento para o interior realizado	Número Absoluto	2
09	Expandir parceria junto a Câmara de Mediação e Arbitragem do CREA para o interior	Atendimento em andamento da capital e tratativas para expansão no interior	Expansão realizada em comarcas do interior	Número Absoluto	2
10	Criar e implementar projeto de atendimento aos assistidos com indícios e/ou sofrimento mental e quadros de agressividade, bem como a seus familiares, e normatizar a forma de atendimento de tais assistidos para capital e planejamento para o interior	Estudos em fase embrionária.	Projeto criado e implementado. Normatização realizada.	Número Absoluto	1

3.2.3 Área Cível

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
----	-----------------------	----------------------	-----------	-------------------	------

01	Elaborar enunciados para atualização dos Defensores Públicos, com divulgação de jurisprudência e doutrinas afetas às matérias mais incidentes, bem como integração com os Defensores do interior	Em fase de elaboração	Enunciados Elaborados e divulgados eletronicamente	Número absoluto	12
02	Fortalecer o Núcleo de Atuação Extrajudicial, dotando-o de estrutura (sala e servidor).	Estrutura Inexistente	Estrutura implantada	Número absoluto	1
03	Distribuir as Cartilhas Educativas do DPVAT para as Regionais da Defensoria Pública no Interior.	Cartilhas impressas	cartilhas distribuídas	Número absoluto	1.000

3.2.4 Área Família e Sucessões

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
01	Aumentar o número de conciliações e mediações exitosas, com a atuação extrajudicial, em ações judiciais litigiosas na área de família, em que ambas as partes estão assistidas pela DPMG (conflito)	Indefinido	Percentual de sucesso nas conciliações	%	30%
02	Reduzir o número de ações judiciais distribuídas na área de família, na comarca de BH, por meio da ampliação da atuação do Núcleo de Mediação Familiar	indefinido	Percentual de sucesso nas mediações	%	30%
03	Elaborar trimestralmente Boletim Informativo “Tirinhas de Família”, para atualização dos Defensores Públicos, com divulgação de jurisprudência e doutrinas afetas às matérias mais incidentes, bem como integração com os Defensores do interior	Existente mas sem periodicidade	Boletim informativo trimestral elaborado	Número absoluto	4

04	Fortalecer o Programa “Ampla Defesa ao Réu Citado por Edital e por Hora Certa” na 13ª Def. de Família de Belo Horizonte	Existente, mas aguarda melhorias	Pessoas localizadas	Número absoluto	200
05	Criar e implementar projeto de otimização dos trabalhos afetos a área de SUCESSÕES, visando a facilitação da coleta de documentos pelos assistidos	Projeto em concepção	Projeto criado e implementado	Número absoluto	1
06	Realizar o III Mutirão Direito a Ter Pai no Estado	Já realizados dois mutirões no Estado com muito êxito	Defensorias que realizarão o mutirão	Número absoluto	40
07	Fortalecer o Setor Intermediário da Defensoria Pública de Belo Horizonte	Aguarda contratação de estagiários e servidores	Setor intermediário fortalecido	Número absoluto	1
08	Fortalecer o cartório para apoio administrativo aos Defensores (protocolo e distribuição de petições, envio de malotes com processos, elaboração e envio de cartas, digitalização de peças e auxílio na distribuição de ações no PJE - processo eletrônico)	Projeto em implementação. É necessária a contratação de mais um servidor.	Cartório estruturado	Número absoluto	1
09	Promover palestras relativas ao Projeto "Sala de Espera"	Palestras sendo continuamente realizadas	Palestras realizadas	Número absoluto	6

3.2.5 Área Criminal

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
01	Elaborar, conjuntamente com a DESITS-CRIMINAL, proposta de padronização e uniformização de teses defensivas institucionais	Inexistente	Proposta realizada	Número absoluto	1

02	Criar secretaria de apoio administrativo criminal na capital, para recebimento e envio de processos e correspondências.	Parcialmente implantada.	Secretaria criada	Número absoluto	1
03	Fomentar a implementação da audiência de custódia junto ao TJMG.	Inexistente	Audiência de custódia implementada	Número absoluto	1
04	Atuar junto à Defensoria Especializada de Saúde para a ampliação, pelo Estado, dos serviços de atendimento às pessoas dependentes de álcool e /ou drogas	Inexistente	Reuniões realizadas	Número absoluto	2
05	Criação do informativo Criminal da Defensoria Pública, através de parceria entre a Coordenação Criminal da Capital e a Coordenação da 2ª Instância Criminal.	Existe informativo da 2ª Instância Criminal	Informativo criado	Número absoluto	4
06	Participar de mutirões carcerários e do tribunal do júri, a serem realizados em parceria com o TJMG, Ministério Público e SEDS	A DPMG tem atuado em vários mutirões carcerários e do tribunal do Júri	Participação efetivada	Número absoluto	1
07	Definir, em conjunto com a Defensoria Especializada de Urgência Criminal, o fluxo de atendimento de sua equipe psicossocial para efetuar cooperação com outras áreas	Estudos preliminares em andamento	Definição dos fluxos concluída	Número absoluto	1
08	Incrementar o atendimento do preso provisório da Região Metropolitana por meio da parceria com a Faculdade de Direito Newton Paiva e outras	Tratativas em andamento	Parceria firmada	Número absoluto	1
09	Atuar junto ao Poder Executivo para a execução do projeto de estruturação de salas do CERESP Gameleira para atendimento dos presos provisórios	Projeto de engenharia realizado	Reuniões realizadas	Número absoluto	2

10	Divulgar os mecanismos já disponibilizados pelo Estado e pela DPMG para tratamento dos dependentes químicos	Inexistente	Divulgação realizada	Número absoluto	1
11	Atuar junto ao Poder Executivo para a criação/estruturação de salas permanentes para a DPMG nas unidades prisionais do Estado	Tratativas iniciadas	Reuniões realizadas	Número Absoluto	2
12	Expandir o atendimento do cidadão encarcerado através do sistema de videoconferência, em parceria com a Secretaria de Defesa Social.	Projeto em execução em Nova Lima e Janaúba. Sala estruturada em Belo Horizonte.	Defensorias atendidas	Número Absoluto	5

3.2.6. Defensorias Especializadas

3.2.6.1 Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais - DPDH

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
01	Promover ações de monitoramento do sistema prisional, por intermédio de visitas nas unidades, expedição de ofícios solicitando informações aos Defensores do interior e elaboração de relatório das violações de direitos humanos recorrentes no sistema penitenciário, com fins repressivos e de coibição das práticas de maus tratos e tortura frequentes nas unidades prisionais em todo o Estado de Minas Gerais.	Inexistente	Unidades visitadas	Número absoluto	3
02	Executar o projeto "Atendimento a Pessoa em Situação de Rua"	Projeto firmado	Projeto Concluído	Número absoluto	1

03	Promover educação ambiental e urbanística em Comunidades atendidas pela Defensoria Pública: Educação e mobilização dos moradores em torno da questão ambiental e urbanística com o fim de conscientizá-los sobre o que eles próprios podem fazer para melhorar o seu ambiente e o que são demandas que devem ser levadas ao poder público.	Inexistente	Encontros realizados	Número absoluto	5
04	Elaborar e publicizar relatório das ações coletivas e dos procedimentos administrativos coletivos em andamento na DPDPH	Inexistente	Relatório elaborado	Número absoluto	5
05	Elaborar relatório sobre o funcionamento e atividades realizadas pelos Defensores Públicos da DPDPH, de forma a possibilitar o aprimoramento do relatório de atividades no SIGED - módulo Corregedoria	Inexistente	Relatório elaborado	Número absoluto	6
06	Elaborar cartilha a ser distribuída sobre assuntos relevantes à Especializada	Empresa já contratada	Cartilhas encaminhadas à ASCOM	Número absoluto	2

07	Promover ações que auxiliem o atendimento de grupos específicos que podem no seu atendimento demandar tratamento diferenciado em razão da sua diversidade.	Existente, Reuniões periodicamente promovidas pela DPDH em parceria com os parceiros das redes: LGBTT, pró-igualdade racial, de defesa da população de rua, dentre outros, com o objetivo de qualificar o atendimento da DPDH, na medida em que são repassadas informações específicas sobre a atuação da Defensoria Pública em favor desses grupos e são recebidas críticas e elogios	Ações realizadas	Número absoluto	5
----	--	--	------------------	-----------------	---

3.2.6.2 Defensoria Pública Especializada da Saúde

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
01	Elaborar e disponibilizar à população cartilha com informações a respeito do direito à saúde, do funcionamento do Sistema Único de Saúde, dos medicamentos padronizados nos protocolos do Sistema Único de Saúde e fornecidos gratuitamente pelo Poder Público e o procedimento a ser adotado para obtê-los extrajudicialmente	Em elaboração. Esta Cartilha está em fase final de elaboração pelo Comitê de Saúde, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, do qual participam os Defensores Públicos da Defensoria Especializada de Saúde de Belo Horizonte	Cartilhas distribuídas	Número absoluto	1000
02	Atuar junto aos órgãos públicos para viabilizar orientação jurídica certa e precisa a portadores de enfermidades e/ou a seus familiares.	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	5

03	Participar ativamente do Comitê de Saúde, cujas reuniões são mensais, com a finalidade de discutir as políticas públicas de assistência à saúde, que são ou serão adotadas pelo Poder Público, com o objetivo de buscar soluções viáveis e exeqüíveis	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	11
04	Atuar junto ao Poder Judiciário e a outros órgãos relevantes para a saúde pública, mediante participação em reuniões e seminários periódicos, com o objetivo de disponibilizar informações a respeito das dificuldades e problemas vividos pela população carente, precipuamente com base na experiência vivenciada pelos Defensores Públicos, diante da insuficiência das políticas públicas de assistência à saúde	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	5
05	Fortalecer o intercâmbio entre Defensoria Pública, Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e Secretaria de Município de Saúde de Belo Horizonte, com o objetivo de não só dar continuidade ao Termo de Cooperação Técnica, como igualmente, aprimorá-lo. Buscar ampliar o objeto do referido Termo para incluir nele o fornecimento de medicamentos não padronizados no Sistema Único de Saúde, o que evitaria a judicialização de uma série de questões ainda hoje objeto de ações judiciais	Parceria existente com realização da I Campanha de Mamografias	Novos TCTs ou aditivos realizados	Número absoluto	2
06	Celebrar Convênio com instituições públicas hospitalares com o objetivo de auxiliar tecnicamente, mediante a elaboração de laudos médicos, a Defensoria Pública nos casos judicializados ou a serem judicializados.	Inexistente	TCT's firmados	Número absoluto	2

07	Fortalecer a atuação da Defensoria Especializada em Saúde nas ações coletivas, importante mecanismo de inclusão social pela ampla eficácia das decisões proferidas nestas ações.	Inexistente	Reuniões realizadas	Número absoluto	5
08	Elaborar cartilha a ser distribuída sobre assuntos relevantes à Especializada	Empresa já licitada	Cartilha encaminhada à Ascom para produção	Número absoluto	2
09	Firmar parceria para prestação de serviços médicos junto ao núcleo multidisciplinar da Defensoria Especializada de Saúde da capital, para atendimento de demandas específicas do setor .	Inexistente	Parceria firmada	Número absoluto	1

3.2.6.3 Defensoria Especializada da Defesa da Mulher Vítima de Violência

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
01	Atuar junto aos órgãos públicos para a criação de estrutura para acolhimento emergencial da mulher vítima de violência.	Inexistente	Estrutura criada	Número absoluto	1

02	Estabelecer atuação multidisciplinar em parceria com os profissionais da área de psicologia, assistência social e segurança pública	Estabelecido o fluxo de encaminhamento para o CERNA, BENVINDA e PVD	Número de encaminhamentos a órgãos parceiros em relação ao número total de atendimentos	Percentual	10
03	Aprimorar a rede de proteção às mulheres vítimas de violência.	Protocolo da Rede e das comissões temáticas já existentes	Número de projetos desenvolvidos por ano	Número absoluto	10
04	Criar o Boletim Informativo Eletrônico do NUDEM/BH.	Inexistente	Número de Boletins por ano	Número absoluto	3
05	Elaborar cartilha a ser distribuída sobre assuntos relevantes à Especializada	Empresa já contratada	Cartilha encaminhada à Ascom para produção	Número absoluto	2
06	Promover articulação política com as Casas Legislativas	Reuniões com deputados, participação em grupos de trabalho, ciclos de debates e audiências públicas	Número de reuniões e participações ao ano	Número absoluto	24

3.2.6.4 Defensoria Especializada da Infância e Juventude

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
----	-----------------------	----------------------	-----------	-------------------	------

01	Instalar sala de apoio para a Defensoria da Infância e Juventude no edifício sede em BH.	Inexistente	Sala de apoio instalada	Número absoluto	1
02	Atuar junto aos órgãos públicos para conscientização, implementação e fortalecimento da atribuição do Defensor Público como curador da criança e do adolescente	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	4
03	Expandir o Projeto Justiça Restaurativa para Adolescentes	Em execução na Defensoria de Juiz de Fora	Defensorias instaladas	Número absoluto	1
04	Elaborar cartilha a ser distribuída sobre assuntos relevantes à Especializada	Empresa já contratada	Cartilha encaminhada à Ascom para produção	Número absoluto	2
05	Atuar junto às redes componentes do sistema de garantias da criança e do adolescente (FORPAZ, RMSE, PPCAAM, PAIR)	Indefinido	Participação em eventos	Número absoluto	10

3.2.6.5 Defensoria Especializada do Idoso e do Deficiente

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
01	Elaborar projeto para acessibilidade em órgãos públicos	Indefinido	Projetos elaborados	Número absoluto	10
02	Atuar na rede de proteção ao idoso e à pessoa com deficiência e com assento e participação nos conselhos	Indefinido	Participação em reuniões do conselho.	Número absoluto	10

03	Atuar junto aos municípios para a criação do Conselho do Idoso	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	10
04	Elaborar cartilha a ser distribuída sobre assuntos relevantes à Especializada.	Empresa já contratada	Cartilha encaminhada à Ascom para produção	Número absoluto	2
05	Atuar junto às redes estadual e municipal de educação, para evitar a aprovação automática dos alunos com deficiência.	Indefinido	Reuniões realizadas, participação em audiência pública sobre o tema; ações individuais ajuizadas; ação civil pública ajuizada	Número absoluto	5
06	Criar estrutura de atendimento dotada de psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais, para atendimento adequado ao idoso e à pessoa com deficiência	Indefinido	Estrutura multidisciplinar criada	Número absoluto	5
07	Firmar parceria com a BHTRANS, no intuito de facilitar o trâmite dos pedidos de passe livre para pessoa com deficiência	Indefinido	Parceria firmada	Número absoluto	5
08	Realizar reuniões e audiências públicas sobre educação para a pessoa com deficiência	Indefinido	Reuniões realizadas	Número absoluto	5

3.2.6.6 Defensoria Especializada do Consumidor

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
01	Promover parcerias com fornecedores que possuem significativo número de conflitos com assistidos para solução extrajudicial	Inexistente	Parcerias firmadas	Número absoluto	3
02	Promover palestras relativas ao Projeto "Sala de Espera"	Palestras sendo continuamente realizadas.	Palestras realizadas.	Número absoluto	6
03	Elaborar cartilha a ser distribuída sobre assuntos relevantes à Especializada.	Empresa já contratada	Cartilha encaminhada à Ascom para produção	Número absoluto	2

3.2.6.7 Defensoria Especializada Tribunais Superiores

Nº	Objetivos Específicos	Índice de Referência	Indicador	Unidade de medida	Meta
01	Elaborar informativo da 2ª Instância Criminal	Fase final de elaboração	Informativo elaborado	Número absoluto	3
02	Fortalecer estruturalmente o setor de Distribuição de Processos	Setor existente	Setor reestruturado	Número	1

03	Criar banco de teses e jurisprudência	Inexistente	Banco criado	Número absoluto	1
04	Realizar reuniões por videoconferência para facilitar intercâmbio entre 1ª e 2ª Instância	Reuniões já realizadas em 2013	Reuniões realizadas	Número	2

4. CONCLUSÃO

Chega-se ao final de mais um exaustivo exercício de definir o futuro, por meio, do Plano Geral de Atuação da Defensoria Pública, que é o instrumento de planejamento previsto na Lei Orgânica da instituição, e que, embora sua vigência não coincida com o ano civil, representa o encerramento de um ciclo interno.

O presente PGA é fruto de um trabalho conjunto entre os coordenadores, Defensores Públicos e servidores, que apresentaram valiosas propostas para a sua elaboração, que se somou ao plano de gestão apresentado em campanha pela atual Defensora Público-Geral, o que permite concluir que foi aprovado pela maioria dos membros da instituição quando da sua eleição.

Neste contexto, foram eleitos três pilares para a gestão, que nortearam o planejamento que se apresenta: valorização do defensor público e servidor, melhoria na estrutura administrativa e melhoria dos serviços. Tais pilares se complementam com a criação do arcabouço normativo da instituição, a saber, a reforma da lei orgânica estadual, a aprovação de lei que cria os cargos de apoio administrativo e técnico-jurídico, bem como de lei que cria um fundo de custeio e investimento.

É gradativo o processo de amadurecimento da Defensoria Pública como órgão independente, no entanto, não se deve perder o foco do planejamento como instrumento vital de gestão. Afinal, é o único caminho seguro a perseguir.

Importantes projetos foram concebidos e canalizarão todos os esforços para a sua concretização. No entanto, cabe dizer que o tempo da Administração Pública, muitas vezes, não é o “tempo dos homens”, já que vários projetos, para serem efetivados, dependem de uma conjunção de fatores, alguns externos. No entanto, com um planejamento e gestão mais apurados, além da maturidade já obtida ao longo dos anos, pretende-se contornar as intempéries dos trâmites administrativos e se chegar a junho de 2016 com os resultados desejados.

É o momento, portanto, de conclamar todos os envolvidos para a execução do presente PGA, em um trabalho profícuo com a renovação de ânimos, de modo a contribuir para o fortalecimento da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e para o cumprimento da missão dada pela Constituição da República, mesmo porque, sabe-se que muito já se fez e muito ainda está por ser construído.